



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Na forma da lei, a Administração da WETZEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, submete para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

### 1. CONTEXTO ECONÔMICO

As incertezas políticas e econômicas ainda pairaram sobre o Brasil ao longo do ano de 2017, mas de modo bem mais brando do que ocorreu no fechamento do ano de 2016.

Na economia mundial destacou-se o robusto crescimento da Índia e da China – 6,7% e 6,8% respectivamente, em detrimento ao fraco crescimento dos demais emergentes do BRICs, Rússia e Brasil – que, segundo projeções do F.M.I., fechariam o ano com um crescimento em torno de 1,8% e 0,7% nessa ordem.

No Brasil, como já era preconizado pelo COPOM no final de 2016, “a retomada do crescimento seria lenta e gradual” e assim foi em 2017: O PIB divulgado pelo Banco Central foi de 1,00% taxa superior aos 0,7% projetados pelo FMI para o Brasil, conforme mencionado anteriormente. Contudo, vale ressaltar que esse crescimento foi impulsionado pelo setor agrícola e não pela indústria de transformação, setor que se manteve estagnado nesse período, conforme divulgado pelo próprio Banco Central.

A redução da taxa SELIC em dezembro/17 para 7,00% a.a., menor taxa dos últimos 20 anos, demonstra que o Banco Central acredita estar com inflação controlada e representa um aumento no consumo, principalmente no financiamento de bens duráveis como veículos, caminhões e implementos agrícolas, principais mercados de atuação da Wetzel.

Segundo a Anfavea (Associação dos Fabricantes de Veículos e Máquinas Agrícolas e Rodoviárias), a indústria automobilística brasileira encerrou o ano de 2017 com um aumento de 25,2% na produção quando comparada com 2016, mas com um aumento de apenas 9,2% nos licenciamentos de automóveis, utilitários e pesados, quando comparada com igual período do ano anterior, o que demonstra um forte crescimento nas exportações desse segmento,



batendo o recorde histórico de exportações de autoveículos: 46,5% acima de 2016 e 5,2% acima de 2005, ano detentor do recorde anterior.

Se analisada isoladamente a linha de veículos pesados (caminhões) a diferença entre produção e licenciamentos foi ainda maior: o crescimento na produção chegou a 37% enquanto os licenciamentos cresceram só 2,7%, demonstrando assim que essa linha contribuiu fortemente nas exportações do setor, representando um crescimento de 31,3% sobre 2016.

Segundo o presidente da Anfavea, o ano de 2017 ficará marcado positivamente pelo recorde nas exportações e pela retomada de crescimento após quatro anos seguidos de quedas.

Para Dan Ioschpe, presidente do Sindipeças, o setor de autopeças, após ter enfrentado a pior crise de sua história, começa a registrar os primeiros sinais de crescimento sustentável. Segundo ele, os últimos anos, de grande retração interna, nos fizeram perceber que o mercado interno não deveria ser o único foco do setor. No geral, o setor de autopeças registrou um crescimento de 22% no faturamento quando comparado com o ano imediatamente anterior.

Já para a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), houve um crescimento bem mais modesto: 5% tanto no faturamento quanto na produção, levando a uma melhora na utilização da capacidade instalada do setor que subiu para 77% frente aos 71% no ano de 2016.

## **2. RESULTADOS**

Os recorrentes adiamentos nas Assembleias de Credores para votação do Plano de Recuperação judicial da Wetzel (“PRJ”), fez com que a empresa perdesse a oportunidade de aproveitar a tempo o crescimento registrado nos principais setores em que atua, ou seja, autopeças e eletrotécnica. Por essa razão, seu volume de vendas ficou estagnado quando comparado com o ano imediatamente anterior.

No ano de 2017 a Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R\$ 121,6 milhões, igual ao ano anterior (R\$ 121,6 milhões). Quando analisado o volume (tonelagem), houve uma redução de 4,6% – de 7.705 toneladas em 2017 contra 8.058 toneladas em 2016, contabilizando apenas a tonelagem de metais produzidos – alumínio, ferro e ligas especiais – e não sendo levado em consideração a tonelagem de produtos em PVC comercializados pela unidade Eletrotécnica.



O Lucro Líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 6,4 milhões, o que representou 5,3% de sua Receita Líquida. Contudo, isso só foi possível devido à adesão pela empresa ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária – possibilitando o estorno de encargos financeiros e utilização de prejuízos fiscais para pagamento de impostos federais em atraso. Expurgados os benefícios dessa adesão (+R\$ 37,9MM), bem como a reavaliação de propriedades para investimento (+R\$ 0,8), o resultado seria de R\$ 32,3 milhões negativos. Da mesma forma, se faz necessário expurgar do resultado de 2016 os ajustes de reavaliação de propriedades para investimento (+R\$ 12,1MM), chegando-se ao resultado de 2016 em R\$ 33,2 milhões negativos. Portanto, eliminando-se esses efeitos aleatórios entre os dois anos analisados – 2017 e 2016 – nota-se que a variação de resultados entre os exercícios foi de R\$ 0,8 milhão, uma melhora de 2,6% no ano de 2017.

<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO - EXPURGANDO-SE EFEITOS ALEATÓRIOS</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido no período</b>	<b>6.399</b>	<b>(21.138)</b>
(-) Expurgo Reavaliação Propriedades para Investim.	(845)	(12.091)
(-) Expurgo PERT - Efeito s/ Despesas Financeiras	(10.807)	-
(-) Expurgo PERT - Efeito s/ IRPJ/CSLL	(27.120)	-
<b>(=) Lucro/Prejuízo Líquido no período "ajustado"</b>	<b>(32.372)</b>	<b>(33.229)</b>
Varição entre os períodos após ajustes :	-2,6%	-

No exercício de 2017 a geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA (calculado segundo a metodologia definida pela CVM no Ofício Circular 01/07), atingiu R\$ 13,2 milhões negativos, representando -10,9% da receita operacional líquida do ano, enquanto os valores apurados no ano de 2016 atingiu R\$ 7,9 milhões negativos, que representou -6,5% da receita operacional líquida. Portanto, no ano de 2017, esse indicador teve uma piora de 4,4% pontos percentuais em relação à receita operacional líquida de cada período analisado.

### **3. DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS**

#### **3.1. Unidade Alumínio**

A Unidade Alumínio atua no setor automotivo produzindo peças fundidas e usinadas para a cadeia produtiva de montadoras de caminhões, ônibus e veículos de passeio.

Em 2017 as produções de caminhões e de ônibus cresceram 37,0% (equivalente a 22.405 unidades adicionais) e 10,5% (equivalente a 1.965 unidades adicionais) respectivamente. Contudo, no mesmo período os emplacamentos cresceram só 2,7% (1.382 unidades adicionais)



e 5,3% (594 unidades adicionais) respectivamente, demonstrando que a alta na produção foi basicamente dedicada a exportações pelas montadoras desses segmentos. O fato de a Wetzel ter homologado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial somente no final de julho de 2017 fez com que esta não fosse habilitada pelas montadoras globais para fornecimentos nos volumes de exportações. Sendo assim, essa unidade de negócios apresentou uma queda de 1,31% no volume faturado em relação ao ano anterior.

### **3.2. Unidade Ferro**

A Unidade Ferro destina seus produtos fundidos e usinados para diversos segmentos de mercado: peças para a cadeia produtiva de caminhões e ônibus; partes e peças para fabricantes de máquinas e implementos agrícolas e ainda atende fabricantes de isoladores para linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, através de eletroferragens – este último, principalmente focado no mercado externo.

Essa unidade de negócios sentiu o mesmo efeito da unidade Alumínio com relação ao crescimento nas exportações de caminhões e ônibus: face a demora na homologação do PRJ que a fez perder oportunidades de vendas para esse nicho de mercado.

Contudo, por também atuar em outros segmentos de mercado, conseguiu ainda ter, embora de forma muito modesta, um pequeno crescimento em suas vendas em relação ao período exatamente anterior, 2016, sendo 0,82% superior em vendas.

### **3.3. Unidade Eletrotécnica**

A Unidade Eletrotécnica é responsável pelo desenvolvimento, produção e comercialização de produtos próprios, destinados ao segmento de instalações elétricas, iluminação industrial e de infraestrutura.

De acordo com os dados divulgados pela ABINEE, o setor de material elétrico para instalações, principal nicho de atuação dessa unidade de negócios, recuou 1,0% na comparação com 2016. Nesse mesmo período, as vendas da unidade Eletrotécnica recuaram 3,5%, basicamente devido à redução dos estoques de seus revendedores por conta do ingresso da Wetzel no processo de Recuperação Judicial, o que causou preocupação nesse mercado.



#### **4. INVESTIMENTOS**

Em 2017 não ocorreram investimentos relevantes, mas sim um aumento expressivo em despesas com manutenções de equipamentos, os quais ficaram sem adequada manutenção nos anos anteriores.

#### **5. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

A Wetzel conduz seus negócios de forma responsável, ética e sustentável, buscando condições para melhorar continuamente a qualidade de seus produtos, processos e atividades, controlando os riscos para o meio ambiente, para a sociedade e para a saúde e segurança de seus empregados.

Em 2017 a Wetzel permaneceu certificada nas normas internacionais de gestão ambiental ISO 14001 e as suas Unidades de Negócios receberam o certificado de energia renovável por terem deixado de emitir gases de efeito estufa por intermédio da compra de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre.

A empresa encerrou o ano de 2017 com 915 colaboradores (866 colaboradores em dezembro de 2016), portanto, aumento de 5,7% no seu quadro de pessoal.

#### **6. RELACIONAMENTO COM AUDITORES**

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que no decorrer do exercício de 2017 os auditores independentes, Sappia Auditores e Consultores, prestaram apenas serviços de auditoria externa, não tendo eles realizado quaisquer outros trabalhos à Companhia.

#### **7. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes na Instrução Normativa CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Sappia Auditores e Consultores, em 23 de março de 2018, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

## 8. PERSPECTIVAS

Para 2018 a expectativa da ANFAVEA é de um crescimento em todas as vertentes dos segmentos que representa: 13,2% de crescimento na produção (3,06 milhões de unidades), 11,7% nos licenciamentos (2,50 milhões de unidades) e 5% nas exportações (800 mil unidades). Segundo seu presidente, a conjuntura macroeconômica indica cenário otimista, pois a inflação em baixa, câmbio estável e expectativa de crescimento do PIB (projetado em torno de 2,70% pelo Banco Central) possibilitam a retomada da confiança do consumidor e do investidor.

Para o Sindipeças, a indústria não foi e não será gargalo para esse retorno do crescimento do setor automotivo, já que o índice de capacidade instalada em 2017 continuou bem abaixo da normalidade, demonstrando que existe capacidade ociosa a ser preenchida. Na palavra de seu presidente, as empresas precisam agora focar nas definições do novo regimento que será lançado para veículos a serem produzidos e comercializados no país, chamado de “Rota 2030”. Nesse sentido, “quem não se adaptar, ficará para trás”.

Já a ABINEE projeta ainda um crescimento modesto de 7% para a indústria eletroeletrônica, mas também acompanhada do crescimento do número de empregos e da capacidade instalada, que poderá chegar à 80% neste ano.

- Projeções da Companhia

A homologação da aprovação do PRJ trouxe maior segurança aos seus clientes e fornecedores e as unidades automotivas da empresa – Alumínio e Ferro – já passaram a ser nomeadas para vários novos projetos, que já terão *rump up* dentro do próprio exercício de 2018 e outros para o início de 2019.

Já a Unidade Eletrotécnica – que possui produtos próprios – projeta crescer 40% em 2018, fundamentada nos seguintes fatores: recuperação econômica do país – levando a uma expansão do parque industrial – agronegócios e obras de infraestrutura (levando desta forma a uma reativação da construção civil como um todo); movimento crescente de substituição da iluminação convencional por LED – mercado em que já atua – e recuperação da credibilidade dos revendedores da marca Wetzel, além do lançamento de novos produtos como a linha de luminárias industriais.



Diante de tudo isso, a empresa projeta, conservadoramente, um crescimento em sua receita líquida de 44% em relação a 2017, gerando um lucro líquido de R\$ 4,4 milhões e com uma geração de caixa operacional (EBITDA) de R\$ 15,1 milhões.

## 9. AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, membros do conselho de administração, fornecedores, entidades financeiras e governamentais, em especial aos seus empregados, pelo esforço, dedicação e confiança recebidos em 2017.

<b>BALANÇO SOCIAL</b>	
<b><u>DADOS OPERACIONAIS</u></b>	<b><u>2017</u></b>
	<b><u>R\$ mil</u></b>
- Faturamento Bruto	164.021
- ROL	121.573
<b>INDICADORES SOCIAIS</b>	
- Salários	36.684
- Encargos Sociais Compulsórios	6.548
- <b>Benefícios:</b>	<b>3.109</b>
- Alimentação	1.235
- Assistência Médica e Hospitalar	171
- Transporte	860
- Previdência Privada	16
- Treinamento	55
- Auxiliar Entidades Assistência Social	28
- Investimentos em Meio Ambiente	744

**BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	6.136	8.154	6.157	8.179
Clientes	7	12.098	10.524	12.098	10.548
Estoques	8	14.249	12.234	14.249	12.234
Impostos a Recuperar	9	1.120	1.143	1.501	1.513
Despesas Antecipadas		85	47	85	47
Ativos destinados a venda	31	-	-	2.068	2.168
Outros Créditos		189	819	285	908
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>33.877</b>	<b>32.921</b>	<b>36.443</b>	<b>35.597</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Aplicações Financeiras	32	868	1.343	868	1.343
Eletrobras	28	362	6.757	362	6.757
Impostos Diferidos	17	15.563	19.438	15.563	19.438
Depositos Judiciais	29	4.146	4.246	4.146	4.246
Partes Relacionadas	19.1	3.834	3.850	1.621	1.621
Impostos a recuperar		76	237	76	237
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>24.849</b>	<b>35.871</b>	<b>22.636</b>	<b>33.642</b>
<b>Investimentos</b>					
Controladas	10.1	88	91	-	-
Propriedade para Investimento	10.2	64.368	63.523	64.368	63.523
<b>Total de Investimentos</b>		<b>64.456</b>	<b>63.614</b>	<b>64.368</b>	<b>63.523</b>
<b>Imobilizado</b>	11	<b>55.443</b>	<b>61.845</b>	<b>55.443</b>	<b>61.845</b>
<b>Intangível</b>	13	<b>625</b>	<b>1.042</b>	<b>625</b>	<b>1.042</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>145.373</b>	<b>162.372</b>	<b>143.072</b>	<b>160.052</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>179.250</b>	<b>195.293</b>	<b>179.515</b>	<b>195.649</b>



**BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	15	26.317	24.693	26.440	24.813
Empréstimos e Financiamentos	16	55.401	52.863	57.346	54.808
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	-	-	-	7
Obrigações Sociais	15	20.615	32.367	20.615	32.367
Refis	15/20	2.152	1.566	2.152	1.566
Pert	33	54	-	54	-
Obrigações Tributárias	15	7.955	19.679	8.683	20.196
Encargos Energia Elétrica	15	-	3.003	-	3.003
Outros	15	4.434	4.741	4.435	4.770
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>116.928</b>	<b>138.912</b>	<b>119.725</b>	<b>141.530</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	16	14.200	21.534	14.200	21.534
Tributos Diferidos	17	33.871	32.771	33.871	32.771
Provisões	18	36.724	35.405	36.724	35.405
Refis	20	83.610	83.408	83.610	83.408
Pert	33	576	-	576	-
Obrigações Sociais	15	1.515	2.739	1.515	2.739
Partes Relacionadas	19.1	13.081	8.025	14.041	8.969
Outras Obrigações	28	15.725	15.992	13.630	14.068
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>199.302</b>	<b>199.874</b>	<b>198.167</b>	<b>198.894</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	21	47.147	47.147	47.147	47.147
Reserva de Capital		105	105	105	105
Reserva de Reavaliação	12	600	629	600	629
Resultados Acumulados		(204.375)	(210.994)	(204.375)	(210.994)
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>		19.543	19.620	19.543	19.620
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas da controladora		<b>(136.980)</b>	<b>(143.493)</b>	<b>(136.980)</b>	<b>(143.493)</b>
Participação dos não controladores no PL das Controladas		-	-	<b>(1.397)</b>	<b>(1.282)</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(136.980)</b>	<b>(143.493)</b>	<b>(138.377)</b>	<b>(144.775)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>179.250</b>	<b>195.293</b>	<b>179.515</b>	<b>195.649</b>

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>22</b>	<b>121.573</b>	<b>121.671</b>	<b>121.573</b>	<b>121.671</b>
Custos dos Produtos Vendidos		(114.804)	(110.933)	(114.804)	(111.113)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>6.769</b>	<b>10.738</b>	<b>6.769</b>	<b>10.558</b>
<b>Despesas Operacionais</b>					
Despesas Gerais e Administrativas		(14.201)	(13.526)	(14.291)	(13.652)
Despesas com Vendas		(10.797)	(10.098)	(10.797)	(10.098)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		1.548	10.307	1.442	10.308
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	<b>14</b>	942	4.056	942	4.056
Equivalencia Patrimonial	<b>10.1</b>	(176)	(173)	-	-
<b>Total das Despesas Operacionais</b>		<b>(22.684)</b>	<b>(9.434)</b>	<b>(22.704)</b>	<b>(9.386)</b>
<b>Lucro(prejuízo) Antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>(15.915)</b>	<b>1.304</b>	<b>(15.935)</b>	<b>1.172</b>
Receitas Financeiras	<b>23</b>	2.676	635	2.688	974
Despesas Financeiras	<b>23</b>	(2.393)	(15.632)	(2.530)	(15.851)
<b>Lucro(prejuízo) Antes dos Tributos</b>		<b>(15.632)</b>	<b>(13.693)</b>	<b>(15.777)</b>	<b>(13.705)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<b>17.2</b>	22.145	(7.330)	22.145	(7.270)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	<b>17.2</b>	-	-	7	(8)
<b>Lucro(prejuízo) Líquido das Operações Continuadas</b>		<b>6.513</b>	<b>(21.023)</b>	<b>6.375</b>	<b>(20.983)</b>
Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		-	-	24	(155)
<b>Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício</b>		<b>6.513</b>	<b>(21.023)</b>	<b>6.399</b>	<b>(21.138)</b>
<b>Atribuído a:</b>					
Participação da Controladora				6.513	(21.023)
Participação dos Não Controladores				(114)	(115)
				<b>6.399</b>	<b>(21.138)</b>
Prejuízo por ação		<b>3,1647</b>	<b>-10,2153</b>		

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
				Ajustes de Conversão Acumulados	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP			
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>47.147</b>	<b>105</b>	<b>(189.488)</b>	<b>(51)</b>	<b>386</b>	<b>19.767</b>	<b>(122.134)</b>	<b>(1.167)</b>	<b>(123.301)</b>
Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	(21.023)	-	-	-	(21.023)	(115)	(21.138)
Varição Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	(18)	-	-	(18)	-	(18)
<b>Resultado Abrangente Total</b>							<b>(21.041)</b>	<b>(115)</b>	<b>(21.156)</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(560)	-	560	-	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realização reserva reav	-	-	-	-	(318)	-	(318)	-	(318)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	118	-	-	(118)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	(40)	-	-	40	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>47.147</b>	<b>105</b>	<b>(210.993)</b>	<b>(69)</b>	<b>628</b>	<b>19.689</b>	<b>(143.493)</b>	<b>(1.282)</b>	<b>(144.775)</b>
Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	6.513	-	-	-	6.513	(115)	6.398
Varição Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	1	-	-	1	-	1
<b>Resultado Abrangente Total</b>							<b>6.514</b>	<b>(115)</b>	<b>6.399</b>
Reversão da Reserva de Reavaliação	-	-	42	-	(42)	-	-	-	-
Tributos Diferidos s/ Reversão da Reserva da Realização	-	-	(14)	-	14	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	118	-	-	(118)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	-	-	(41)	-	-	40	(1)	-	(1)
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>47.147</b>	<b>105</b>	<b>(204.375)</b>	<b>(68)</b>	<b>600</b>	<b>19.611</b>	<b>(136.980)</b>	<b>(1.397)</b>	<b>(138.377)</b>

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>6.513</b>	<b>(21.023)</b>	<b>6.399</b>	<b>(21.138)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(18)	-	(18)
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>	<b>6.513</b>	<b>(21.041)</b>	<b>6.399</b>	<b>(21.156)</b>
<b>Atribuído a:</b>				
Participação da controladora			6.513	(21.041)
Participação dos não controladores			(114)	(115)

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO**

(Em milhares de Reais)

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro Líquido depois do Imposto de Renda	6.513	(21.023)	6.399	(21.138)
<b>Ajustado por:</b>				
Depreciação e Amortização	5.126	5.248	5.126	5.236
Perda Por imparidade e Provisão Perda Ativo	(942)	(4.056)	(942)	(4.056)
IRPJ e CSLL Diferidos	(22.145)	7.330	(22.145)	7.270
Juros sobre Empréstimos	231	917	231	826
Provisão (Reversão) para perdas nos estoques	(498)	(1.101)	(498)	(1.101)
Perda(Ganho) da Equivalência Patrimonial	176	173	-	-
Provisão (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.412)	(1.859)	(2.412)	(1.859)
Perdas no Recebimento de Créditos	(435)	(43)	(435)	(43)
Baixa de Itens do Ativo Imobilizado/Investimento	3.478	3	3.478	1.212
Participação dos Minoritários	-	-	114	115
Ajuste a valor justo	(845)	(12.091)	(845)	(12.091)
<b>Varição nos Ativos e Passivos Operacionais</b>				
Contas a Receber de Clientes	(1.139)	(806)	(1.115)	(830)
Estoques	(1.517)	4.373	(1.517)	4.373
Impostos a Recuperar	184	462	173	693
Outros Ativos	33.425	(4.406)	33.575	(4.614)
Fornecedores	1.624	5.370	1.627	4.728
Obrigações Tributárias	(11.094)	9.406	(10.890)	9.346
Obrigações Sociais	(12.976)	12.861	(12.976)	12.848
Aumento/ Redução outras Obrigações	6.309	9.407	6.111	9.757
Aumento/ redução Refis	788	962	788	962
Juros sobre Empréstimos Pagos	(396)	(629)	(396)	(629)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>3.455</b>	<b>10.498</b>	<b>3.451</b>	<b>11.005</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Compras de Imobilizado	(842)	(999)	(842)	(987)
Compra de Intangível	-	(9)	-	(9)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>(842)</b>	<b>(1.008)</b>	<b>(842)</b>	<b>(996)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	12.352	6.321	12.352	6.321
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(16.983)	(10.194)	(16.983)	(10.726)
Recebimento de Aumento de Capital	-	-	-	-
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>(4.631)</b>	<b>(3.873)</b>	<b>(4.631)</b>	<b>(4.405)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(2.018)</b>	<b>5.617</b>	<b>(2.022)</b>	<b>5.604</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>8.154</b>	<b>2.537</b>	<b>8.179</b>	<b>2.575</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>6.136</b>	<b>8.154</b>	<b>6.157</b>	<b>8.179</b>

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>RECEITAS</b>				
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	161.036	161.302	161.036	161.302
Outras Receitas	728	402	728	404
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(50)	(232)	(50)	(232)
	<b>161.714</b>	<b>161.472</b>	<b>161.714</b>	<b>161.474</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(37.380)	(37.093)	(37.380)	(36.959)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(47.510)	(45.529)	(47.703)	(45.926)
Perda/recuperação de valores ativos	1.549	16.138	1.573	15.983
	<b>(83.341)</b>	<b>(66.484)</b>	<b>(83.510)</b>	<b>(66.902)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>78.373</b>	<b>94.988</b>	<b>78.204</b>	<b>94.572</b>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>(5.126)</b>	<b>(5.305)</b>	<b>(5.126)</b>	<b>(5.305)</b>
<b>VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>73.247</b>	<b>89.683</b>	<b>73.078</b>	<b>89.267</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Receitas Financeiras e Variações Cambiais	2.676	635	2.688	974
Resultado de Equivalência Patrimonial	(176)	(173)	-	-
	<b>2.500</b>	<b>462</b>	<b>2.688</b>	<b>974</b>
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>75.747</b>	<b>90.145</b>	<b>75.766</b>	<b>90.241</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>PESSOAL</b>	<b>41.513</b>	<b>42.124</b>	<b>41.513</b>	<b>42.129</b>
Remuneração Direta	36.872	36.251	36.872	36.255
Benefícios	2.364	3.515	2.364	3.516
FGTS	2.277	2.358	2.277	2.358
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>19.431</b>	<b>47.649</b>	<b>19.424</b>	<b>47.609</b>
Federais	(207)	29.237	(214)	29.203
Estaduais	19.495	18.238	19.495	18.232
Municipais	143	174	143	174
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>8.290</b>	<b>21.395</b>	<b>8.430</b>	<b>21.641</b>
Juros, Variações Cambiais e Monetárias	2.229	10.446	2.338	10.613
Outras	6.061	10.949	6.092	11.028
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>6.513</b>	<b>(21.023)</b>	<b>6.399</b>	<b>(21.138)</b>
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	6.513	(21.023)	6.513	(21.023)
Participação não controladores	-	-	(114)	(115)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>	<b>75.747</b>	<b>90.145</b>	<b>75.766</b>	<b>90.241</b>

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E**  
**CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Wetzel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Wetzel”) é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 11/04/1932 estão arquivados na Jucesc sob nº 4230002528-3. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.671/0001-94. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 8300 – Distrito Industrial – CEP 89219-600.

A sociedade tem como atividade operacional, a fabricação e comércio de componentes fundidos de metais ferrosos, não ferrosos e plásticos, destinados à transmissão, distribuição, instalação e iluminação de energia elétrica, e a setores industriais diversos, a fabricação e comercialização de componentes para o setor automotivo, fabricação e comercialização de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção, importação e exportação de produtos, direta ou indiretamente, relacionados com a sua atividade industrial, a prestação de serviços de usinagem, pintura e tratamento térmico de peças fundidas, de manutenção, de assistência técnica, administrativa e de assessoria, relacionados com os produtos de sua indústria e de seu comércio e a participação, no país ou no exterior, em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 23 de Março de 2018.

A Wetzel encerrou o 4º trimestre de 2017 com uma posição de caixa consolidado de R\$ 6.157 (sendo que R\$ 193 encontram-se bloqueados devido ao processo de recuperação judicial), elevado endividamento e passivo a descoberto de R\$ 138.377, além de manter indicadores econômico-financeiros adversos.

**NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade normal dos negócios e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o Resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas,

preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entre o Patrimônio Líquido e o Resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. A administração da Wetzel, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Wetzel e suas controladas apresentadas abaixo:

<b>Controlada</b>	<b>País</b>	<b>% de Participação</b>	
		<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Foundry Engineers	USA	100,00%	100,00%
Wetzel Univolt Ind.de Plásticos Ltda	Brasil	60,00%	60,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento na sociedade controlada na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes;
- e) Destaque da participação dos não controladores no Patrimônio Líquido e no Resultado.

#### **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.



### **3.3 Compensação entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### **3.4 Conversão de Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional “reais (R\$)” que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações.

#### **a) Transações em moeda estrangeira**

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico NBC TG 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

#### **b) Conversão de controlada no exterior**

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para “reais” pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações financeiras e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

### **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

### **3.6 Ativos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

## (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

### Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

### 3.7 Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para “*impairment*”, se necessária.

### 3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à

produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas de vendas.

### **3.9 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As propriedades para investimento, formada por terrenos, foram registradas pelo valor justo a partir de 1º de janeiro de 2012.

### **3.10 Imobilizado**

Conforme previsto na Interpretação Técnica ITG 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a Companhia se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando taxas conforme nota 11, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **3.11 Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

### **3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

### **3.13 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

### **3.14 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos ao Erário.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### **3.17 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### **3.18 Reconhecimento da Receita de Vendas**

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a companhia; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia; e
- e) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social.

#### **NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19/11/09, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos, NBC TG nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17/12/08, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não efetuou operações com derivativos neste exercício.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado. Os financiamentos bancários são tomados com bancos de primeira linha e suas taxas de juros são semelhantes àquelas praticadas no mercado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

##### **. Risco de Crédito**

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

## . Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

## . Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ (1.391) e EUR (488), cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

## . Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio:

Risco de alta do Dólar:	Consolidado		
	31/12/2017	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Ativos</b>			
Clientes no Mercado Externo	552	690	828
<b>Passivos</b>			
Dívida Bancária	5.155	6.443	7.732
<b>Exposição Líquida - R\$ Mil</b>	(4.603)	(5.753)	(6.904)
<b>Exposição Líquida - US\$ Mil</b>	(1.391)	(1.391)	(1.391)
<b>Taxa Dólar</b>	3,3080	4,1350	4,9620

Risco de alta do Euro:	Consolidado		
	31/12/2017	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
<b>Ativos</b>			
Clientes no Mercado Externo	6	8	9
<b>Passivos</b>			
Dívida Bancária	1.945	2.431	2.917
<b>Exposição Líquida - R\$ Mil</b>	(1.939)	(2.423)	(2.908)
<b>Exposição Líquida - EUR\$ Mil</b>	(488)	(488)	(488)
<b>Taxa EURO</b>	3,9693	4,9616	5,9540

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instruções nºs 475/08 e 550/08.

## **NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

<b>Controladora</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
	<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>Empréstimos e Recebíveis</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalentes	6.136	8.154
Aplicações Financeiras	868	1.343
Clientes	12.201	11.062
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)
Dep. Judiciais trabalhistas	2.236	2.441
Dep. Judiciais tributários	1.910	1.805
<b>Total</b>	<b>23.248</b>	<b>24.267</b>
<b>Controladora</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
	<b>Outros Passivos Financeiros</b>	<b>Outros Passivos Financeiros</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores	26.317	24.693
Empréstimos e Financ.	69.601	74.226
Arrend. Financeiros	-	171
<b>Total</b>	<b>95.918</b>	<b>99.089</b>
<b>Consolidado</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
	<b>Empréstimos e Recebíveis</b>	<b>Empréstimos e Recebíveis</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalentes	6.157	8.179
Aplicações Financeiras	868	1.343
Clientes	12.201	11.086
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)
Dep. Judiciais trabalhistas e outros	2.236	2.441
Dep. Judiciais tributários	1.910	1.805
<b>Total</b>	<b>23.269</b>	<b>24.316</b>
<b>Consolidado</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
	<b>Outros Passivos Financeiros</b>	<b>Outros Passivos Financeiros</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores	26.440	24.813
Empréstimos e Financ.	69.601	74.225
Arrend. Financeiros	1.945	2.116
<b>Total</b>	<b>97.986</b>	<b>101.154</b>



## NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	11	7	11	7
Bancos Conta Movimento	6.125	8.147	6.146	8.172
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>6.136</b>	<b>8.154</b>	<b>6.157</b>	<b>8.179</b>

## NOTA 7 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber de Clientes Interno	11.643	10.388	11.643	10.412
Contas a Receber de Clientes Externo	558	674	558	674
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)	(103)	(538)
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>12.098</b>	<b>10.524</b>	<b>12.098</b>	<b>10.548</b>
Adiantamentos a fornecedores	91	441	119	461
Adiantamentos a funcionários	98	362	98	362
<b>Parcela Circulante</b>	<b>12.287</b>	<b>11.327</b>	<b>12.315</b>	<b>11.371</b>
Total a Receber de Clientes	12.098	10.524	12.098	10.548
Total dos Adiantamentos	189	803	217	823
<b>Total Geral</b>	<b>12.287</b>	<b>11.327</b>	<b>12.315</b>	<b>11.371</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Aging List Contas a Receber de Clientes</b>				
Vencidos	703	2.334	703	2.334
A vencer 30 dias	7.442	5.632	7.442	5.656
A vencer de 31 a 60 dias	3.201	2.480	3.201	2.480
A vencer de 61 a 90 dias	607	462	607	462
A vencer acima de 91 dias	248	154	248	154
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(103)	(538)	(103)	(538)
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>12.098</b>	<b>10.524</b>	<b>12.098</b>	<b>10.548</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Contas a Receber por Tipo de Moeda</b>				
Reais - R\$	11.540	9.850	11.540	9.874
Dólar Norte-Americano - US\$	552	657	552	657
Euro - EUR	6	17	6	17
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>12.098</b>	<b>10.524</b>	<b>12.098</b>	<b>10.548</b>

Em virtude da irrelevância do ajuste a valor presente a ser efetuado em relação ao total do valor a receber de clientes, a Companhia não reconheceu nenhum ajuste nas contas a receber.

## NOTA 8 – ESTOQUES

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Produtos Acabados	3.430	3.669	3.430	3.669
Produtos em Elaboração	3.277	3.256	3.277	3.256
Matéria-Prima	2.202	1.599	2.202	1.599
Materiais Consumo Produção	2.242	3.115	2.242	3.115
Revenda	797	663	797	663
Outros Estoques	4.199	2.328	4.199	2.328
(-) Provisão para Perdas	(1.898)	(2.396)	(1.898)	(2.396)
<b>Total dos Estoques</b>	<b>14.249</b>	<b>12.234</b>	<b>14.249</b>	<b>12.234</b>

## NOTA 9 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
ICMS a Recuperar	49	62	62	75
IPI a Recuperar	220	208	220	208
Pis/Cofins a Recuperar	234	215	234	215
IRRF a Compensar	11	27	167	183
ICMS CIAP a Compensar	173	284	173	284
IRPJ a Compensar (nota 17)	-	2	148	149
CSLL a Compensar (nota 17)	-	-	65	53
INSS a Compensar	416	330	416	330
Outros Impostos	17	15	16	16
<b>Total</b>	<b>1.120</b>	<b>1.143</b>	<b>1.501</b>	<b>1.513</b>

## NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Investimentos em Sociedades Controladas	88	91	-	-
Propriedades para Investimento	64.368	63.523	64.368	63.523
<b>Total de Investimentos</b>	<b>64.456</b>	<b>63.614</b>	<b>64.368</b>	<b>63.523</b>

## 10.1 Investimento em Sociedade Controlada

Nas demonstrações financeiras da Controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo Patrimônio Líquido das investidas, conforme participação nessas empresas:

Controladora Nome	País	Patrimônio			Resultado do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
		Ativos	Passivos	Líquido				
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>								
Foundry Engineers	USA	91	-	91	-	-	100,00%	91
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	2.584	5.790	(3.206)	66	(288)	60,00%	(173)
		<b>2.675</b>	<b>5.790</b>	<b>(3.115)</b>	<b>66</b>	<b>(288)</b>	<b>-</b>	<b>(173)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>								
Foundry Engineers	USA	90	2	88	-	(5)	100,00%	88
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	Brasil	2.476	5.968	(3.492)	-	(286)	60,00%	(172)
		<b>2.566</b>	<b>5.970</b>	<b>(3.404)</b>	<b>-</b>	<b>(291)</b>	<b>-</b>	<b>(176)</b>

Inexistem quaisquer avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedido em favor das controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda., já a partir desse mês.

## 10.2 Propriedade para Investimento

<u>Terrenos</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo Anterior	63.523	54.542	63.523	54.542
Transf.do imobilizado	-	(3.110)	-	(3.110)
Ajuste valor justo	845	12.091	845	12.091
<b>Total</b>	<b>64.368</b>	<b>63.523</b>	<b>64.368</b>	<b>63.523</b>

<u>Localização das Propriedades para Investimentos</u>	<u>Valor</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	
Araquari	34.470
Barra Velha	314
Joinville	29.584
	<b>64.368</b>

## NOTA 11 – IMOBILIZADO

<u>Controladora</u>	Terrenos	Edificações e Benfeitorias de 4% a 10%	Máquinas e Equipamentos de 4% a 20%	Móveis e Utensílios de 5% a 10%	Veículos 20%	Instalações e Ferramentas de 5% a 10%	Equipamentos de Informática de 10% a 20%	Outros	Total
<b>Taxas médias de depreciação conforme laudo</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>									
Custo	12.032	12.311	116.444	4.058	490	24.642	2.002	-	171.978
Depreciação Acumulada	-	(7.297)	(67.221)	(2.586)	(446)	(18.014)	(1.612)	-	(97.176)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(12.202)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(12.958)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>12.032</b>	<b>5.014</b>	<b>37.021</b>	<b>1.114</b>	<b>30</b>	<b>6.264</b>	<b>370</b>	-	<b>61.845</b>
Adições	-	-	444	5	-	-	24	369	842
Baixas	(3.110)	-	(564)	-	-	-	-	-	(3.674)
Depreciação	-	(370)	(2.602)	(126)	(8)	(1.431)	(145)	-	(4.682)
Baixas da Depreciação	-	-	197	-	-	-	-	-	197
Imparidade e Provisão Perda	-	-	631	127	3	148	5	-	915
<b>Saldo Final</b>	<b>8.922</b>	<b>4.644</b>	<b>35.127</b>	<b>1.120</b>	<b>26</b>	<b>4.981</b>	<b>254</b>	<b>369</b>	<b>55.443</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>									
Custo	8.922	12.311	116.324	4.063	490	24.642	2.026	369	169.147
Depreciação Acumulada	-	(7.667)	(69.627)	(2.711)	(453)	(19.446)	(1.757)	-	(101.661)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(11.570)	(231)	(11)	(216)	(15)	-	(12.043)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>8.922</b>	<b>4.644</b>	<b>35.127</b>	<b>1.120</b>	<b>26</b>	<b>4.981</b>	<b>254</b>	<b>369</b>	<b>55.443</b>
<b>Consolidado</b>									
<b>Taxas médias de depreciação conforme laudo</b>									
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>									
Custo	12.032	12.311	116.444	4.058	490	24.642	2.002	-	173.547
Depreciação Acumulada	-	(7.297)	(67.221)	(2.586)	(446)	(18.014)	(1.612)	-	(98.744)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(12.202)	(358)	(14)	(364)	(20)	-	(12.958)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>12.032</b>	<b>5.014</b>	<b>37.021</b>	<b>1.114</b>	<b>30</b>	<b>6.264</b>	<b>370</b>	-	<b>61.845</b>
Adições	-	-	444	5	-	-	24	369	842
Baixas	(3.110)	-	(564)	-	-	-	-	-	(3.674)
Depreciação	-	(370)	(2.602)	(126)	(8)	(1.431)	(145)	-	(4.682)
Baixas da Depreciação	-	-	197	-	-	-	-	-	197
Imparidade e Provisão Perda	-	-	631	127	3	148	5	-	915
<b>Saldo Final</b>	<b>8.922</b>	<b>4.644</b>	<b>35.127</b>	<b>1.120</b>	<b>26</b>	<b>4.981</b>	<b>254</b>	<b>369</b>	<b>55.443</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>									
Custo	8.922	12.311	116.324	4.063	490	24.642	2.026	369	170.715
Depreciação Acumulada	-	(7.667)	(69.627)	(2.711)	(453)	(19.446)	(1.757)	-	(103.229)
Imparidade e Provisão Perda	-	-	(11.570)	(231)	(11)	(216)	(15)	-	(12.043)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>8.922</b>	<b>4.644</b>	<b>35.127</b>	<b>1.120</b>	<b>26</b>	<b>4.981</b>	<b>254</b>	<b>369</b>	<b>55.443</b>

A Wetzol possui ativos imobilizados adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos, e em contrapartida estão sendo apresentados nas respectivas rubricas do imobilizado, sendo:

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	2.180	(813)	1.367
	<b>2.180</b>	<b>(813)</b>	<b>1.367</b>

A Companhia procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a Deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico NBC TG 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a Deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ITG 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (“*deemed cost*”), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ITG 10. Desta forma a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Do total da depreciação do consolidado lançada no resultado até dezembro de 2017, no valor de R\$ 4.682, R\$ 4.384 estão no CPV e R\$ 298 nas despesas administrativas/comerciais.

## **NOTA 12 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS**

Nos anos de 1991, 1994 e 2002 a controladora procedeu a reavaliação de alguns itens do imobilizado (máquinas e equipamentos e terrenos).

O montante total líquido dos tributos, em 31/12/2017 das reavaliações efetuadas é de R\$ 600 líquido das parcelas já realizadas por imparidade, por depreciação e/ou alienação que foram transferidas para a conta de Prejuízos Acumulados. O montante realizado líquido durante o ano foi de R\$ 42.

Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização integral ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos.

## **NOTA 13 – INTANGÍVEL**

	Controladora			Consolidado	
	Programas de Computador	Total		Programas de Computador	Total
<b>Taxas anuais de amortização</b>	20%		<b>Taxas anuais de amortização</b>	20%	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>			<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		
Custo	4.524	4.524	Custo	4.524	4.524
Amortização Acumulada	(3.375)	(3.375)	Amortização Acumulada	(3.375)	(3.375)
Imparidade	(107)	(107)	Imparidade	(107)	(107)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>1.042</b>	<b>1.042</b>	<b>Valor contábil líquido</b>	<b>1.042</b>	<b>1.042</b>
Amortização	(444)	(444)	Amortização	(444)	(444)
Imparidade	27	27	Imparidade	27	27
<b>Saldo Final</b>	<b>625</b>	<b>625</b>	<b>Saldo Final</b>	<b>625</b>	<b>625</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>			<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		
Custo	4.524	4.524	Custo	4.524	4.524
Amortização Acumulada	(3.819)	(3.819)	Amortização Acumulada	(3.819)	(3.819)
Imparidade	(80)	(80)	Imparidade	(80)	(80)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>625</b>	<b>625</b>	<b>Valor contábil líquido</b>	<b>625</b>	<b>625</b>

Do total da amortização do consolidado lançada no resultado de Dez/2017, no valor de R\$ 444, R\$ 40 estão no CPV e R\$ 404 nas despesas administrativas/comerciais.

## NOTA 14 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

Anualmente ou quando houver indicação de que ocorreu uma perda, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos tiveram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

## NOTA 15 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	26.317	24.693	26.440	24.813
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>26.317</b>	<b>24.693</b>	<b>26.440</b>	<b>24.813</b>
Obrigações Sociais/Trabalhistas	20.615	32.367	20.615	32.367
Obrigações Tributárias e REFIS	10.107	21.245	10.835	21.769
Adiantamentos de Clientes	387	280	387	310
Outras Contas a Pagar	4.047	7.464	4.048	7.463
<b>Parcela Circulante</b>	<b>61.473</b>	<b>86.049</b>	<b>62.325</b>	<b>86.722</b>
Obrigações Tributárias	117.481	116.179	117.481	116.179
Obrigações Sociais/Trabalhistas	1.515	2.739	1.515	2.739
Outras Contas a Pagar	65.530	59.422	64.395	58.442
<b>Parcela Não Circulante</b>	<b>184.526</b>	<b>178.340</b>	<b>183.391</b>	<b>177.360</b>
Total a Pagar a Fornecedores	26.317	24.693	26.440	24.813
Total de Outras Contas a Pagar	219.682	239.696	219.276	239.269
<b>Total Geral</b>	<b>245.999</b>	<b>264.389</b>	<b>245.716</b>	<b>264.082</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Aging List Contas a Pagar</b>				
Vencidos	18.699	21.234	18.810	21.343
A vencer 30 dias	7.339	2.436	7.351	2.447
A vencer de 31 a 60 dias	219	560	219	560
A vencer de 61 a 90 dias	19	98	19	98
A vencer acima de 91 dias	41	365	41	365
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>26.317</b>	<b>24.693</b>	<b>26.440</b>	<b>24.813</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Contas a Pagar por Tipo de Moeda</b>				
Reais - R\$	26.317	24.693	26.440	24.813
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>26.317</b>	<b>24.693</b>	<b>26.440</b>	<b>24.813</b>

## NOTA 16 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	4.319	3.801	4.319	3.801
BRDE/BADESC	IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	3.548	3.548	3.548	3.548
Capital de Giro - Pré-Pagto	Libor + 3,30% aa	Aval	3.009	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	13.740	9.706	13.740	9.706
Leasing	1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária / Aval	-	171	-	171
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	17.960	14.934	17.960	14.934
Prodec II	Variação da UFIR + 1% aa	Aval	5.124	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.	-	-	3.711	8.580	3.711	8.580
ACC	VC + 4,10% aa	-	2.146	2.146	2.146	2.146
Duplicatas Descontadas	1,98% am	Duplicatas	1.844	803	1.844	803
Conta Garantida	1,95% am	Aval / Duplicatas	-	1.041	-	1.041
Leasing	VC + 6,483% aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.945	1.945
<b>Total do Circulante</b>			<b>55.401</b>	<b>52.863</b>	<b>57.346</b>	<b>54.808</b>
<b>Não Circulante</b>						
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
Finame	Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	3.406	5.908	3.406	5.908
Capital de Giro	Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497% am	Duplicatas	608	2.824	608	2.824
Prodec I	50% IGPm + 4% aa	Aval	5.895	8.974	5.895	8.974
Financ. Direto com Fornec.	-	-	4.291	3.828	4.291	3.828
<b>Total do Não Circulante</b>			<b>14.200</b>	<b>21.534</b>	<b>14.200</b>	<b>21.534</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>
<b>Por Data de Vencimento</b>						
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em até 6 meses			55.040	46.721	56.985	48.666
De 6 meses a 1 ano			4.637	6.141	4.637	6.142
De 1 a 2 anos			4.920	8.791	4.920	8.790
De 3 a 5 anos			4.481	11.400	4.481	11.400
Acima de 5 anos			523	1.344	523	1.344
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>
<b>Por Tipo de Moeda</b>						
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais - R\$			64.446	69.242	64.446	69.242
Dólar Norte-Americano - US\$			5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR			-	-	1.945	1.945
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>
<b>Taxas Pré-Fixadas</b>						
			Controladora		Consolidado	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxas-Pré-Fixadas			30.259	34.631	30.259	34.631
Taxas-Pós-Fixadas			39.342	39.766	41.287	41.711
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>			<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Saldo Inicial</b>	<b>74.397</b>	<b>76.151</b>	<b>76.342</b>	<b>78.719</b>
Captação de Empréstimos e Financiamentos	12.352	6.321	12.352	6.321
Transferências Partes Relacionadas	-	1.925	-	1.925
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(16.983)	(10.194)	(16.983)	(10.726)
Transferências Partes Relacionadas	-	(94)	-	(94)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(396)	(629)	(396)	(629)
Juros sobre Empréstimos	231	917	231	826
<b>Saldo Final</b>	<b>69.601</b>	<b>74.397</b>	<b>71.546</b>	<b>76.342</b>

A companhia possui empréstimos com taxa de juros subsidiadas pelo PRODEC. A diferença entre os encargos cobrados e os encargos que seriam devidos considerando as taxas de juros de mercado atingiu R\$72 no 4º Trimestre de 2017.

## NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ - Estimativa	-	-	-	5
CSLL - Estimativa	-	-	-	3
IRPJ à compensar	-	2	148	143
CSLL à compensar	-	-	65	52
<b>Total Ativo Circulante</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>213</b>	<b>204</b>
IRPJ - Crédito Tributário Diferido	11.561	14.414	11.561	14.414
CSLL - Crédito Tributário Diferido	4.001	5.024	4.001	5.024
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>15.563</b>	<b>19.438</b>	<b>15.563</b>	<b>19.438</b>

  

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ sobre diferenças temporárias	24.906	24.178	24.906	24.178
CSLL sobre diferenças temporárias	8.966	8.593	8.966	8.593
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>33.871</b>	<b>32.771</b>	<b>33.871</b>	<b>32.771</b>

### 17.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
<b>Em 31 de dezembro 2016</b>	<b>19.438</b>	<b>19.438</b>	<b>8.126</b>	<b>13.646</b>	<b>10.999</b>	<b>32.771</b>
Constituição dos Tributos	17.874	17.874	1.483	287	-	1.770
Baixa dos Tributos	(21.749)	(21.749)	(630)	-	(40)	(670)
<b>Em 31 de dezembro 2017</b>	<b>15.563</b>	<b>15.563</b>	<b>8.979</b>	<b>13.933</b>	<b>10.959</b>	<b>33.871</b>

  

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Outras Difer. Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Total
<b>Em 31 de dezembro 2016</b>	<b>19.438</b>	<b>19.438</b>	<b>8.126</b>	<b>13.646</b>	<b>10.999</b>	<b>32.771</b>
Constituição dos Tributos	17.874	17.874	1.483	287	-	1.770
Baixa dos Tributos	(21.749)	(21.749)	(630)	-	(40)	(670)
<b>Em 31 de dezembro 2017</b>	<b>15.563</b>	<b>15.563</b>	<b>8.979</b>	<b>13.933</b>	<b>10.959</b>	<b>33.871</b>



## 17.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão IRPJ	-	-	4	(5)
Provisão CSLL	-	-	3	(3)
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	(148.004)	(159.556)	(148.004)	(159.647)
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	(53.279)	(57.401)	(53.279)	(57.434)
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	164.285	154.156	164.285	154.291
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	59.143	55.471	59.143	55.520
<b>IRPJ/CSLL do Resultado do Período</b>	<b>22.145</b>	<b>(7.330)</b>	<b>22.152</b>	<b>(7.278)</b>

## NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, a Companhia mantém provisionadas contingências de natureza trabalhista e tributária, cuja estimativa de perda é considerada provável.

	Trabalhistas	Tributárias	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.303</b>	<b>34.102</b>	<b>35.405</b>
Depósitos Judiciais Relacionados	636	-	636
<b>Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>667</b>	<b>34.102</b>	<b>34.769</b>
Constituição de provisões	1.090	1.322	2.412
Provisões utilizadas	(1.093)	-	(1.093)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.300</b>	<b>35.424</b>	<b>36.724</b>
Depósitos Judiciais Relacionados	630	-	630
<b>Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>670</b>	<b>35.424</b>	<b>36.094</b>

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

Contingências Tributárias	31/12/2017	31/12/2016
Processos RFB	1.253	1.203
Processos PGFN	34.171	32.899
<b>Total</b>	<b>35.424</b>	<b>34.102</b>

O valor provisionado referente Processos PGFN, trata-se da discussão a título de IRPJ e CSLL (Processo nº 0000254-03.2010.404.7201) que já teve sentença publicada em 2013 com efeito suspensivo diferido por meio da oposição dos Embargos à Execução nº 5001542-61.2011.404.7201, havendo assim uma redução de 39,20% sobre o montante originalmente exigido. Portanto, continua sendo provisionado o saldo remanescente que se mantém em discussão.

O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante de R\$ 1.350, cujo risco de perda foi avaliado como possível pelos assessores jurídicos e, portanto, não exigem constituição de provisão.

## NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

### 19.1 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionadas	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
	Contas a Receber de Clientes	Outras Contas a Receber	Contas a Receber de Clientes	Outras Contas a Receber	Contas a Receber de Clientes	Outras Contas a Receber	Contas a Receber de Clientes	Outras Contas a Receber
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	-	-	2.213	2.229	-	-	-	-
CWS Participações S.A	-	-	1.621	1.621	-	-	1.621	1.621
	-	-	3.834	3.850	-	-	1.621	1.621
	<b>Passivo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Passivo</b>	
	Fornecedores		Outras Contas a Pagar		Fornecedores		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda	-	(29)	-	-	-	-	-	-
Alutec Ind. de Fundação EIRELI	-	340	-	-	-	340	-	-
CWS Participações S.A	-	-	6.370	6.370	-	-	7.141	7.126
Cachoeira Arrendamentos e Armazens Gerais Ltda	-	-	6.711	1.655	-	-	6.711	1.655
Dietzel GMBH	-	-	-	-	-	-	188	188
		<b>311</b>	<b>13.081</b>	<b>8.025</b>		<b>340</b>	<b>14.041</b>	<b>8.969</b>
<b>Operações da Controlada para a Controladora</b>	<b>Receita de Vendas</b>		<b>Custos das Vendas</b>					
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016				
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda. (a)	-	66	-	(51)				
Wetzel Univolt Ind. Plásticos Ltda. (b)	-	922	-	(909)				
	-	<b>988</b>	-	<b>(960)</b>				

(a) Referente venda de produto fabricação própria

(b) Referente venda de imobilizado

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses valores foram eliminados conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

Não houve transações com a empresa Foundry Engineers no período.

## 19.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no NBC TG 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração Diretoria	1.131	1.033	1.131	1.037
Remuneração Conselho Administração	121	113	121	113
Remuneração Conselho Fiscal	-	52	-	52
<b>Total</b>	<b>1.252</b>	<b>1.198</b>	<b>1.252</b>	<b>1.202</b>

## NOTA 20 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Atendendo à Instrução CVM nº 346 de 29/09/2000, a Wetzel informa que em 28/03/2000 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
IPi	11.458	2.281	10.563	24.302
IRRF	47	9	70	126
COFINS	4.318	1.010	3.958	9.286
PIS	931	182	664	1.777
INSS	17.878	3.758	11.710	33.346
<b>TOTAL</b>	<b>34.632</b>	<b>7.240</b>	<b>26.965</b>	<b>68.837</b>
<b>(-) Compensação prejuízos fiscais e base negativa CSLL</b>				<b>(12.380)</b>
<b>VALOR DO REFIS</b>				<b>56.457</b>

O saldo em 31.12.2017 apresenta-se da seguinte forma:

Valor original	56.457
Encargos calculados pela TJLP	71.070
Pagamentos efetuados de 1,2% sobre o faturamento	(41.765)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>85.762</b>

Durante o ano de 2017, foi reconhecido R\$ 2.115 como atualização do referido programa.

Por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas no art.5º, inciso II da Lei nº 9.964/00, foi publicada a Portaria nº 43/17 no Diário Oficial da União declarando que a Wetzel foi excluída do Refis a partir de 01/10/17.

## **NOTA 21 - CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, no valor de R\$ 47.147 é formado de 2.058 mil ações, sendo 686 mil ações ordinárias e 1.372 mil ações preferenciais.

As ações preferenciais têm como vantagem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

## **NOTA 22 – RECEITAS DE VENDAS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Vendas Mercado Interno	138.747	140.453	138.747	140.393
Vendas Zona Franca de Manaus	508	448	508	448
Revenda no Mercado Interno	14.345	16.180	14.345	16.180
Vendas Mercado Externo	5.625	4.134	5.625	4.134
Outras Vendas	4.796	4.754	4.796	4.814
(-) Devoluções e Abatimentos	(2.985)	(4.667)	(2.985)	(4.667)
(-) Impostos sobre as Vendas	(39.463)	(39.631)	(39.463)	(39.631)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>121.573</b>	<b>121.671</b>	<b>121.573</b>	<b>121.671</b>

## **NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre Capital de Giro	(255)	(560)	(255)	(560)
Juros sobre Financiamentos	(5.409)	(3.207)	(5.409)	(3.207)
Variação Cambial	(98)	443	(98)	390
Outras Despesas	3.369	(12.308)	3.232	(12.474)
<b>Total de Despesas</b>	<b>(2.393)</b>	<b>(15.632)</b>	<b>(2.530)</b>	<b>(15.851)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Variação Cambial	7	89	7	231
Aplicações Financeiras	79	137	79	137
Outras Receitas	2.590	409	2.602	606
<b>Total de Receitas</b>	<b>2.676</b>	<b>635</b>	<b>2.688</b>	<b>974</b>
<b>Resultado Acumulado</b>	<b>283</b>	<b>(14.997)</b>	<b>158</b>	<b>(14.877)</b>

## NOTA 24 - DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários	35.420	34.757	35.420	34.757
Gastos Trabalhistas/Previdenciários	6.371	6.768	6.371	6.768
<b>Total</b>	<b>41.791</b>	<b>41.525</b>	<b>41.791</b>	<b>41.525</b>
Número de Empregados	<b>915</b>	<b>866</b>	<b>915</b>	<b>866</b>

## NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

### Resultado por Ação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</b>		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	4.266	(14.015)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	2.133	(7.008)
<b>Total</b>	<b>6.399</b>	<b>(21.023)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	1.372	1.372
Quantidade de ações ordinárias emitidas	686	686
<b>Total</b>	<b>2.058</b>	<b>2.058</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em reais mil)</b>		
Ação preferencial	3,1093	(10,2153)
Ação ordinária	3,1093	(10,2153)

### Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo NBC TG 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10/09/15.

## NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

A controladora e controlada mantém a política de cobrir com seguros seus principais ativos imobilizados e estoques, considerando a sua natureza e o grau de risco relacionado (informação não auditada). Os seguros contratados cobrem os riscos relacionados a incêndio, vendaval, raios/explosão, danos elétricos, extravasamento de materiais em fusão, roubo qualificado, alagamento/inundação com o limite máximo de Indenização em R\$ 46.500, com vigência de 14/04/17 à 14/04/18.

A Administração considera que o montante de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais, comerciais e administrativas.

## NOTA 27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de forma consolidada de acordo com o NBC TG 22 – Informações por Segmento. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>	<u>Alumínio</u>	<u>Ferro</u>	<u>Eletrotécnica</u>	<u>Corporativo</u>	<u>Total</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>44.836</b>	<b>43.497</b>	<b>33.338</b>	-	<b>121.671</b>
Depreciação e Amortização	-	-	-	(5.305)	(5.305)
Receitas Financeiras	-	-	-	974	974
Despesas Financeiras	-	-	-	(15.851)	(15.851)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	(7.278)	(7.278)
<b>Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício</b>	-	-	-	<b>(21.138)</b>	<b>(21.138)</b>
<b>Ativo Imobilizado e Intangível</b>	-	-	-	<b>62.887</b>	<b>62.887</b>
<b>Ativo Total</b>	-	-	-	<b>195.649</b>	<b>195.649</b>
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	996	996
<b>Passivo Total</b>	-	-	-	<b>195.649</b>	<b>195.649</b>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>Alumínio</u>	<u>Ferro</u>	<u>Eletrotécnica</u>	<u>Corporativo</u>	<u>Total</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>44.220</b>	<b>44.918</b>	<b>32.435</b>	-	<b>121.573</b>
Depreciação e Amortização	-	-	-	(5.126)	(5.126)
Receitas Financeiras	-	-	-	2.688	2.688
Despesas Financeiras	-	-	-	(2.530)	(2.530)
Provisão IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	-	22.152	22.152
<b>Lucro(prejuízo) Líquido do Exercício</b>	-	-	-	<b>6.399</b>	<b>6.399</b>
<b>Ativo Imobilizado e Intangível</b>	-	-	-	<b>56.068</b>	<b>56.068</b>
<b>Ativo Total</b>	-	-	-	<b>179.515</b>	<b>179.515</b>
O Ativo Inclui:					
Adições ao Imobilizado	-	-	-	842	842
<b>Passivo Total</b>	-	-	-	<b>179.515</b>	<b>179.515</b>

## **NOTA 28 - CRÉDITOS ELETROBRÁS**

Com base em decisão transitada em julgado favorável do STF sobre o Agravo de Instrumento 560505 referente ao Processo 990102179-0, a Companhia teve reconhecido a seu favor o direito a restituição de valores referentes a crédito de correção monetária e juros sobre empréstimo compulsório da Eletrobrás.

Conforme despacho de execução de sentença emitido em 01/07/15, o valor a receber foi ajustado conforme quadro abaixo:

Saldo provisionado em 31/12/2010	2.930
Crédito passível de recebimento (Julho/15)	19.514
Parcela recebida antecipadamente em Julho/15	(9.757)
Saldo Recebimento equivalente a 50% do total do Processo	9.757

O valor remanescente dos créditos da Eletrobrás foi depositado em conta da Justiça Estadual/SC em 02/12/16 e colocado à disposição do Sr. Excelentíssimo Juiz responsável pela recuperação judicial, o qual já autorizou o saque prévio de R\$ 3.000 para destinação de pagamento de verbas trabalhistas de 13º salários, férias coletivas e manutenção preventiva de parada de final de ano de 2016. No 3º trimestre de 2017 foi autorizado o saque prévio de R\$ 4.939 para destinação de pagamentos de credores trabalhistas da Recuperação Judicial e no 4º trimestre de 2017 foi autorizado o saque prévio de R\$ 3.759 a fim de viabilizar pagamentos de saldos de créditos trabalhistas (Classe I) e dos créditos Classes CIIIA e CIVA. Na conta teve atualizações no valor de R\$ 2.303 referente correção monetária.

## **NOTA 29 - DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Referem-se a reclamatórias trabalhistas e discussões que a Companhia mantém sobre questões tributárias e previdenciárias, acompanhados de processos judiciais regulares.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	630	636	630	636
Depósitos Judiciais - Outros	1.606	1.805	1.606	1.805
Previdenciário-FAP	1.910	1.805	1.910	1.805
<b>Total</b>	<b>4.146</b>	<b>4.246</b>	<b>4.146</b>	<b>4.246</b>

### NOTA 30 - DESONERAÇÃO FOLHA

A Companhia se enquadra na Lei 12.546/11 em seu art.8º, alterada pela Lei 13.161/15 onde contribuirá a alíquota de 2,5% em substituição as contribuições previstas nos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/91. Em contrapartida reduz-se o valor da contribuição dos incisos I e III do art.22 da Lei nº 8.212 de 24/07/91 ao percentual resultante da razão entre a receita bruta de fabricação dos produtos inclusos no art.8ºA da Lei 13.161 e a receita bruta total.

A opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a Receita Bruta relativa à competência dezembro de 2016 previsto no art. 1º § 6º da IN 1597 de 01/12/15.

### NOTA 31 - ATIVOS DESTINADOS A VENDA

Com o fim das atividades da controlada Wetzel Univolt Indústria Plásticos Ltda., desde novembro de 2015, o ativo imobilizado foi reclassificado para o ativo destinado à venda, no ativo circulante. Os ativos estão avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido e o valor de venda, líquido dos custos de comercialização.

Ativos Destinados a Venda	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Máquinas e Equipamentos	2.130	3.316
( - ) Baixa por venda	(100)	(1.186)
Móveis e Utensílios	38	49
( + ) Transferência do Imobilizado	-	12
( - ) Baixa por venda	-	(23)
<b>Total</b>	<b>2.068</b>	<b>2.168</b>

Parte desses ativos foram adquiridos através de operações de Arrendamento Mercantil Financeiro. Em face das práticas contábeis, os valores foram registrados de forma similar às operações de financiamentos.

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Máquinas e Equipamentos	2.721	(898)	1.823
	<b>2.721</b>	<b>(898)</b>	<b>1.823</b>



## **NOTA 32 - INSTRUMENTO DE GARANTIA DE FORNECIMENTO**

O fornecimento de Energia Elétrica pela Engie Brasil, nova denominação de Tractebel Energia, para a Unidade de Negócios Wetzel Ferro, no montante de R\$ 1.343 vinha sendo garantido por recebíveis da Companhia. Em março de 2016, a garantia foi substituída por um CDB no montante de R\$ 1.236, onde a Engie figura como beneficiária em caso de inadimplência de pagamentos pela Wetzel. Em janeiro de 2017, esse CDB teve um resgate parcial em favor da Wetzel devido à renegociação do contrato e redução do volume de energia elétrica contratado, passando seu saldo atualizado no 4º trimestre de 2017 para R\$ 868.

## **NOTA 33 - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT**

A Wetzel informa que aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT de acordo com a Lei 13.496/17.

O valor consolidado da operação se encontra detalhado nos quadros abaixo:

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 RFB - Demais Débitos	7.866	1.573	930	10.369
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 RFB - Previdenciários	7.488	1.498	1.387	10.372
(-) Entrada de 5%	768	154	116	1.037
(-) Redução 70% da Multa e 90% dos Juros (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(2.042)	(1.980)	(4.023)
(-) Compensação com Prejuízos Fiscais e Base Negativa CSLL (Efeitos s/ IRPJ/CSLL)	(14.586)	(875)	(220)	(15.682)
<b>VALOR DO PERT RFB</b>				<b>1.037</b>

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	ENCARGOS	TOTAL
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 PGFN - Demais Débitos	8.755	1.751	1.962	2.494	14.962
Impostos em aberto vencidos até 30/04/17 PGFN - Previdenciários	2.369	474	525	674	4.042
(-) Entrada de 5%	556	111	124	158	950
(-) Redução de 70% da Multa, 90% dos Juros e 100% dos Encargos Legais (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(1.479)	(2.127)	(3.009)	(6.615)
(-) Compensação com Prejuízos Fiscais e Base Negativa CSLL(Efeitos s/ IRPJ/CSLL)	(10.568)	(634)	(236)	-	(11.438)
<b>VALOR DO PERT PGFN</b>					<b>950</b>

DESCRIÇÃO	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
Sesi/Senai/Adicional Senai vencidos até 30/04/17	562	115	150	828
(-) Entrada de 5%	28	6	8	41
(-) Redução de 50% da Multa e 80% dos Juros (Efeitos s/Despesas Financeiras)	-	(55)	(114)	(169)
(-) Saldo a recolher (pagamento em até 145 parcelas)	534	55	29	617
<b>VALOR DO PERT (Sesi/Senai/Adicional Senai)</b>				<b>658</b>

O saldo do PERT em 31.12.2017 apresenta-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	VALOR ORIGINAL	ATUALIZAÇÃO SELIC	PARCELAS PAGAS	SALDO EM 31/12/2017
PERT RFB	1.037	10	(1.047)	-
PERT PGFN	950	9	(959)	-
PERT SESI/SENAI	658	18	(46)	630
<b>TOTAL</b>	<b>2.645</b>	<b>37</b>	<b>(2.054)</b>	<b>630</b>

Desde a adesão ao PERT, a companhia obriga-se ao pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações previstas no art. 1º, § 4º da Lei 13.496/17, cujos atos são avaliados na forma da legislação vigente, sob pena de aplicação das sanções dispostas no art. 9º da Lei 13.496/17.

#### **NOTA 34 - EVENTO SUBSEQUENTE**

##### **Recuperação Judicial**

A Wetzel ajuizou ação de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, e o processo foi distribuído à 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, recebendo o nº 0301750-45.2016.8.24.0038.

Segue abaixo demonstrativo com o decorrer do processo:

Data	Descrição do Evento
03/02/2016	Ajuizada ação de recuperação judicial.
11/02/2016	Deferido o pedido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei 11.101/05).
02/03/2016	Publicado o edital a que alude o art. 52, §1º, da Lei 11.101/05, no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) e no jornal A Notícia.
15/06/2016	Apresentado o Plano de Recuperação Judicial e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe).
18/10/2016	Não foi instalada a AGC – Assembléia Geral de Credores por insuficiência de quórum qualificado.
22/11/2016	Instalada a AGC com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.
23/02/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
25/04/2017	Suspensa a AGC a pedido de credores.
13/06/2017	Continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.
28/07/2017	Publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 o Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC).

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander), todos pendentes de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00).

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial Modificativo, em paralelo está sendo constituída provisão de correção monetária para os créditos com garantia real (Classe II) e créditos quirografários de credores por aluguéis de imóveis operacionais (Subclasse IIIC). Em 2017, o montante da provisão dessas correções monetárias corresponde a R\$ 271. Com relação às demais classes, a correção monetária ocorrerá a partir do trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

Sendo assim, apenas os efeitos mencionados anteriormente impactaram nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em razão do processo de recuperação judicial.

As informações relativas ao processamento do pedido de recuperação judicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas, na forma da legislação vigente.

## **Diretoria Executiva**

**André Luís Wetzel da Silva**

Diretor Presidente

**Márcia Hermann**

Diretora Legal e de Relações com Investidores

## **Conselho de Administração**

**André Luís Wetzel da Silva**

Presidente

**Susanna Bender**

Conselheira

**Eloi Jensen**

Conselheiro

**Vanessa Cristina da Silva Fernandes** – Contadora CRC/SC – 033610/O-1

# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da Wetzel S.A – Em recuperação judicial

## Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Wetzel S.A – Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Wetzel S.A – Em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com Ressalva

Conforme exposto na nota explicativa nº 20 dada a exclusão do REFIS I em 01 de outubro de 2017 não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os débitos a serem recalculados, sobre a mudança do indicador TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para Selic – (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) imposta por lei e como também pelas incertezas dos débitos analíticos e não consolidados pelos órgãos federais.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 34, em 03 de fevereiro de 2016, a Companhia ajuizou na comarca de Joinville – Santa Catarina, pedido de recuperação judicial, nos termos da lei 11.101/05 em caráter de urgência. Em 11 de fevereiro de 2016, foi deferido o processamento da recuperação. A Companhia protocolou o Plano de recuperação

pormenorizado, dentro do prazo estabelecido. Após duas suspensões de assembleias, no dia 13/06/2017 foi realizada a continuidade da Assembleia Geral de Credores – AGC, com o quórum estabelecido, foi aprovada pelos presentes o plano de recuperação judicial e seu modificativo. A companhia aguarda o trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

2. Para o período findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta um b de R\$ 136.980 – controlada e R\$ 138.377 - consolidado, sendo que seus ativos são de R\$ 179.250 e Passivos 316.230 controlada e ativos de R\$ 179.515 e passivos R\$ 317.892 no consolidado.
3. A companhia que detém 60% do capital votante da investida Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda conforme nota explicativa 10.1, deliberou em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações dessa controlada. A Investida preparou suas demonstrações financeiras com base no pressuposto da liquidação de seus ativos e passivos, e assim foram consideradas para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Recálculo do REFIS I após exclusão do programa**

O recálculo da dívida tributária original da exclusão do REFIS I, não pode ser mensurado com certeza, em razão das aberturas individualizadas e não consolidadas pelos órgãos federais da RFB – Receita Federal do Brasil, PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e INSS – Instituto Nacional do Seguro Social o que é considerado pela administração o principal assunto em relação ao passivo tributário.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Os procedimentos de auditoria envolveram a revisão analítica dos débitos tributários apresentados, os extratos dos órgãos federais, os indicadores Selic e TJLP e a validação das fórmulas aplicadas de atualização e do montante apurado há incertezas em razão da falta de consolidação dos órgãos federais.

### **Fluxo de caixa da Recuperação Judicial**

Analizamos o fluxo de caixa da recuperação judicial para pagamento de credores realizada pela administração, após aprovação da assembleia geral de credores do plano de recuperação judicial e seu modificativo é

considerado pela administração um principal assunto para continuidade normal das operações da companhia e leva em consideração o tempo de pagamento dos credores. A projeção contém diversas premissas estabelecidas pela administração com base na sua capacidade atual de realização.

### **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Os procedimentos de auditoria para revisão desse tema envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles e processos estabelecidos pela administração para apuração e desempenho do fluxo de caixa projetado para 2018 da recuperação judicial.

Verificamos as projeções mensais de receitas, custos e despesas que estão determinadas por um cenário conservador, ou assim, em equilíbrio com as operações a serem realizadas.

No procedimento de revisão constatamos que as premissas usadas e aplicadas estão consistentes com os dados ocorridos no período anterior e na capacidade de realização do fluxo.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado – DVA**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo,

considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, a administração deixou de realizar o recálculo da dívida tributária excluída do REFIS I, em 31 de dezembro de 2017, em face da incerteza dos débitos não consolidados pelos órgãos federais, o que foi considerado inapropriado pela administração. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorções relevantes, ou não, com relação a esse assunto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville – SC, 23 de março de 2018

Doglas do Rosário  
Contador CRC (SC) nº 23.917/O-5

**SAPPIA AUDITORES E CONSULTORES**  
CRC (SC) nº 8.745/O